



## A LIÇÃO DE PIRATININGA

Odilon Nogueira de MATOS

Aos 25 de janeiro de 1554 treze religiosos da Companhia de Jesus lançaram as bases de um colégio numa pequena colina a cavaleiro dos rios Tamandatei e Anhangabaú, nos campos de Piratininga. Como o dia, no calendário eclesiástico, assinalasse a conversão de São Paulo, o novo colégio recebeu o nome do grande Apóstolo dos Gentios. Este fato, narrado com mais ou menos pormenores em todos os compêndios de História, não teria maior interesse e se confundiria com tantos outros semelhantes realizados pelos discípulos de Santo Inácio em muitas partes do mundo, se algumas circunstâncias especiais não o tornassem de mais alta importância na obra da colonização portuguesa na América.

Foi, com efeito, a região de São Paulo a primeira a ser ocupada no interior das terras americanas; a primeira e, durante muito tempo, a única, uma vez que os marcos da ocupação portuguesa se escalonavam todos ao longo do litoral.

Não se pode saber com exatidão a data em que os primeiros europeus teriam vindo ao Planalto. Antes da chegada de Martim Afonso de Sousa ao litoral paulista, onde lançou as bases de São Vicente – “*celula mater*” da colonização do Brasil – vivia em terras de Serra acima a discutida personalidade de João Ramalho. Genro do cacique Tibiriçá, gozava de excelente e sólido prestígio entre os indígenas, dominando larga extensão dos campos de Piratininga. O arraial por ele fundado foi constituído vila em 1553 com o nome de Santo André da Borda do Campo, tornando-se assim o primeiro núcleo de povoamento oficializado no Planalto, e do qual sairá numeroso contingente para aumentar a povoação que se formara ao

lado do Colégio de São Paulo, acabando mesmo por fundirem-se os dois núcleos.

Ao Padre Leonardo Nunes, que desde 1550 visitava os campos de Piratininga, deveu o Padre Manuel da Nóbrega a sugestão de estabelecer o colégio fundado a 25 de janeiro de 1554. Atenderia ao interesse da obra missionária, ao mesmo tempo que daria bases mais seguras à obra de colonização do Planalto. Dupla função que na sua origem não se separam. Os dois povoados – Santo André da Borda dos Campo e São Paulo – acabaram se unindo com a resolução de Mem de Sá, de 1560, transferindo para o novo núcleo a sede do município. Diversas causas concorreram para a adoção de tal medida: a necessidade de concentrar os povoadores do Planalto, aumentando-lhes a força e a capacidade de resistência contra os índios inimigos; as vantagens econômicas oferecidas pela área de São Paulo, onde era mais fácil produzir mantimentos e criar gado; e as condições de defesa da colina, onde, à moda de acrópole, foi se localizando o novo burgo, muito mais vantajosas que na primitiva Santo André, situada, como seu nome o indicava, no limite dos campos do Planalto com a floresta da Serra.

Assim, apenas seis anos após a fundação do colégio jesuítico, efetivou-se a elevação de São Paulo à categoria de Vila (portanto sede de município), dando-lhe uma nova função, a político-administrativa, à qual veio juntar-se uma outra, a militar, pela constante ameaça dos ataques indígenas. Desde os primeiros dias cercou-se de muros a área central, cujo perímetro correspondia aproximadamente ao do atual Triângulo. Cercas de pau-a-pique amarradas com cipó e muros de taipa com poucas portas de entrada com baluartes e guaritas para as atalaias compunham a tosca cidadela.

As informações jesuíticas são preciosas para o conhecimento dos primeiros tempos de São Paulo, e delas se percebe o acerto daqueles esclarecidos servos de Deus na escolha do local para o estabelecimento do Planalto. Especialmente o clima logo chamou a atenção. “É terra como essa do reino, fria e temperada”, dizia em 1565 Baltazar Fernandes. “É terra muito saudável, aonde vivem os homens muito”, atestou Fernão Cardim, pela mesma época. Nóbrega achou os campos muito próprios para criação

de gado e todo o gênero de cultivos. Por sua vez, Anchieta depunha: “...é terra de grandes campos, fertilíssima de muitos pastos e gados... e abastada de muitos mantimentos. Nelas se dão uvas e fazem vinho, marmelos em grande quantidade e se fazem muitas marmeladas, romãs e outras árvores de fruto da terra de Portugal”.

As condições geográficas, isolando-a da marinha, com qual se comunicava pela áspera trilha dos índios, ditaram à vila o caráter até certo ponto autárquico de suas atividades econômicas. De fato, “enquanto os colonos da zona do açúcar usufruíam conderável bem-estar e mantinham intenso comércio com o reino, a capitania paulista criava sua civilização autônoma” (Roberto Simonsen,) situação que durou cerca de cento e cinquenta anos, durante os quais bem modestas foram suas possibilidades econômicas.

A documentação de interesse para a história social e econômica – especialmente os “Inventários e Testamentos” e as atas da Câmara – revela, para determinado período da vida colonial paulistana, nível de vida dos mais baixos, incomparavelmente inferior aos de qualquer vila litorânea. A escravização do índio, que deu origem à fase de aprezamento do movimento bandeirante, constituiu sua atividade mais rendosa no século XVII e marcou o primeiro período de sua crônica quadrisecular.

Tal atividade levou a câmara paulistana a freqüentes conflitos com os padres jesuítas, defensores dos indígenas, que eram aldeados em numerosas “missões”, “reduções” ou simplesmente “aldeias” nas vizinhanças de São Paulo, muitas das quais deram origem a bairros, subúrbios e mesmo cidades de hoje: Pinheiros, Barueri, Carapicuíba, São Miguel, Guarulhos, entre outras.

Tanto o aprezamento, como posteriormente a pesquisa do ouro, contribuíram enormemente para o despovoamento do Planalto; especialmente esta última, que implicou no estabelecimento definitivo de numerosos paulistas junto às lavras descobertas, nos territórios hoje pertencentes a Minas Gerais, a Goiás e a Mato Grosso.

É, pois, como centro de atividade bandeirante que São Paulo se define na história do Brasil durante o século XVII e parte do XVIII.

Todavia, tais atividades não foram capazes de garantir-lhe uma situação econômica que se comparasse sequer às vilas marítimas. Nem o fato de tornar-se a sede da Capitania de São Vicente em 1681, nem a elevação à categoria de cidade em 1711, nem posteriormente a criação do Bispado em 1745, deram-lhe alento. Ao contrário, com o desenvolvimento das áreas de mineração, foram elas destacadas de São Paulo, tornando-se capitânias autônomas: Minas Gerais em 1720; Goiás, em 1744, Mato-Grosso, em 1748. Antes, já havia o “caminho novo” de Gracia Rodrigues Pais, ligando as minas diretamente ao Rio de Janeiro, prejudicando imensamente a São Paulo, que, cada vez mais foi perdendo contato com as regiões que seus filhos descobriram e povoaram. Tal estado de decadências acentuou-se a tal ponto que a própria Capitania de São Paulo foi extinta e subordinada simplesmente ao governo do Rio de Janeiro, em 1748. Restaurada dezessete mais tarde (1765) entrava São Paulo na fase dos governos dos capitães-generais, cujas administrações eram totalmente orientadas pelos interesses da Metrópole.

Assim, nem as condições geográficas, nem as circunstâncias históricas, concorreram para que o burgo paulistano, durante os quase três séculos do período colonial, tivesse ultrapassando o quadro inicial em que se fundou, em meados do século XVI.

Com efeito, a área ocupada ao iniciar-se o século XIX limitava-se à colina entre as vales do Tamanduateí e do Anhangabaú. Seus pontos extremos podem ser assim delimitados: a ponte do Fonseca, sobre o rio Tamanduateí, hoje termina a rua Tabatinguera; a ponte do Miguel Carlos, sobre o Anhangabaú, bem perto de sua confluência, a poucas quadras do atual Mercado Central; ao Largo da Forca, hoje Praça da Liberdade, de onde partia o “Caminho do Mar”, com destino a Santos; a Estrada do Mata-Fome, que se iniciava no antigo Piques (a Praça de Bandeira de hoje); e para os lados do Oeste, a Ponte do Acu, nas vizinhanças da atual Praça do Correio. Para os lados da Luz (então chamado Guaré) aparecia o “Jardim Botânico” em construção (o atual Jardim de Luz), a Casa da Correição e, já fora do perímetro urbano, o Convento da Luz.

Nessa área restrita, o traçado das vias públicas era praticamente o mesmo de hoje, não sendo difícil reconstituí-lo, apesar das grandes realizações urbanísticas dos últimos anos. No que se refere ao aspecto das ruas, os depoimentos dos viajantes servem para que delas possamos fazer idéia: eram limpas, calçadas, espaçosas e boas, largas, bastante retas, permitindo que por elas os veículos circulassem livremente. As casas não seriam mais que umas quatro mil, predominando ainda as construções de taipa. Eram sempre revestidas e caiadas, contrastando a brancura dos prédios com o vermelho dos telhados; além do branco, dava-se preferência ao amarelo palha e ao rosa pálido, o que assegurava às casas um aspecto externo alegre e asseado, segundo o depoimento do Reverendo Kidder, missionário metodista que visitou São Paulo na época da Regência. Saint-Hilaire, por sua vez, vinte anos antes já observara que, na maioria, além de mobiliadas com gosto tinham as paredes pintadas com cores muito claras, vendo-se nas mais antigas desenhos e grandes arabescos, ao passo que, nas mais novas predominavam paredes de uma só cor, apenas guarnecidas com barras e rodapés.

No início do século XIX as principais edificações do burgo paulistano estavam perfeitamente de acordo com a modéstia desse minúsculo aglomerado, não se destacando nem pelo número e, muito menos, pela riqueza e estilo arquitetônico. Além dos mais importantes edifícios públicos – o Palácio do Governo e Câmara Municipal – sobreassiam-se alguns conventos e numerosas igrejas. O Palácio, antigo convento jesuítico, erguia-se ao lado do colégio histórico; a Câmara, servindo também de cadeia, situava-se na atual Praça João Mendes. Os principais conventos eram os de São Francisco, de São Bento, do Carmo e da Luz. Quanto às igrejas, além das pertencentes aos citados conventos, merecem referência as da Sé, do Colégio, da Misericórdia, dos Remédios, do Rosário e de Santa Efigênia, esta última, segundo Saint-Hilaire, “situada no subúrbio do mesmo nome, que se estende à margem esquerda do Anhangabaú”. Existiam, ainda, diversas capelas, uma das quais, a de Nossa Senhora da Consolação, erguia-se no ponto em que principiava a estrada para Itu e Sorocaba.

Poucas praças públicas e estas mesmas acanhadas e irregulares, destacando-se apenas as do Palácio (Pátio do Colégio, berço da cidade), da Sé e a da Câmara (João Mendes). A atual Praça da República era um logradouro semi-abandonado onde se realizavam touradas. Daí o nome por que era conhecido: Largo dos Curros. Em idênticas condições encontrava-se o chamado Jardim Botânico, mandado construir em fins do século XVIII, origem do atual Jardim da Luz.

O recenseamento do Marechal Müller deu para São Paulo, na época da Regência, pouco mais de vinte mil habitantes, mas a maior parte espalhava-se pelas freguesias, que seriam os subúrbios de então: Guarulhos, Nossa Senhora do O, Penha, Embu... Talvez não chegasse a dez mil a população urbana ao findar a terceira década do século XIX.

Na pequenez de seus dez mil habitantes (na área urbana) e com a característica da mais provinciana das cidades, São Paulo começou, na primeira metade do século XIX, a expandir-se para além dos limites do burgo colonial. O primeiro indício dessa expansão, vamos encontrá-lo no aparecimento do núcleo de Santa Efigênia, mero subúrbio do tempo da Independência, mas freguesia já bastante povoada na época da Regência. Surgira numa das saídas da cidade – a que demandava Jundiaí e Campinas – e fora favorecida pela topografia do trecho correspondente à margem esquerda do Anhangabaú. No caminho da Penha outra freguesia começava a formar-se, na terceira centúria do século: o Brás, então com pouco mais de quinhentos moradores. Longe estava ainda a cidade de sentir a força expansora que a viria sacudir na segunda metade do século XIX.

Já desde o século XVIII sua função comercial se impunha, concentrada principalmente em duas ruas do velho núcleo: a rua da Quitanda e a rua das Casinhas (hoje do Tesouro). Seus nomes eram bastante significativos, pois na primeira eram vendidos os legumes, as frutas e as mercadorias de consumo imediato, enquanto que na segunda alinhavam-se as vendas em pequenas casas isoladas (as tais “casinhas”) fornecendo farinha, toucinho, arroz, milho, carne seca, etc. Era a cidade uma espécie de entreposto que mantinha contacto permanente com o porto de Santos e com a zona agrícola do interior onde prosperava a lavoura canavieira e tinha início a expansão do café. Tais fatores, embora

bem modestos, bastavam para ocasionar uma certa animação à vida comercial da cidade.

Por ocasião do recenseamento do Marechal Müller (1836) o município de São Paulo (ou “termo”, na linguagem da época) com suas dez freguesias e abrangendo vasta área territorial, ocupava posição de destaque dentro da Província (que, então, ainda incluía o atual Paraná) como centro econômico. Ocupava o primeiro lugar na produção do chá e de telhas, o segundo em gado cavalariço, o terceiro em gado mular e na produção de farinha de mandioca, o quinto em gado lanígero e na produção de aguardente, o sexto na produção de algodão em rama e o oitavo em gado bovino.

A cultura do chá constituía uma das riquezas do município, merecendo a atenção de quase todos os viajantes que passaram por São Paulo na primeira metade do século XIX. Seu núcleo original localizava-se à margem esquerda do Anhangabaú, mais precisamente no lugar denominado “Morro do Chá”. Trata-se da área limitada pelas atuais ruas Xavier de Toledo e Sete de Abril, Praça da República e Avenida São João, e que foi arruada mais para o fim do século. O nome do “Viaduto do Chá” recorda hoje essa velha chácara paulistana e, por sua vez, essa importante cultura do município. Outras áreas também foram produtoras de chá no São Paulo antigo, como, por exemplo, a propriedade do Coronel Anastácio de Freitas Trancoso (cujo nome permaneceu no atual bairro do “Anastácio”) situada no caminho de Jundiá.

Inegavelmente, o acontecimento mais importante para a vida da pequenina São Paulo da primeira metade do século XIX foi a instalação da Faculdade de Direito, criada pela lei de 11 de agosto de 1827 e posta a funcionar a partir de março do ano seguinte. A importância cultural, social e também política desse fato tem sido salientada em numerosas obras, cujos autores souberam realçar o papel de alto relevo representado pelas “Arcadas” do Largo de São Francisco, na vida brasileira.

Graças a essa instituição, transformou-se São Paulo na “cidade acadêmica” de que falam alguns viajantes (o reverendo Kidder denominou-a a “Heidelberg brasileira”). Como que retornou à sua primitiva

função escolar, que lhe foi dada pelos padres jesuítas naquele remoto janeiro de 1554... Relegada a um segundo plano por vicissitudes várias, praticamente desaparecida nos derradeiros tempos da fase colonial, essa função cultural passou a marcar fundamente a vida paulistana através do século XIX, exercendo uma influência tão poderosa e fazendo com que, por muito tempo, ambas – a Cidade e a Academia – se confundissem, a história de uma sendo a história de outra.

De cidade fechada, voltada sobre si mesma, resultante de seu próprio isolamento, veio a tornar-se São Paulo, depois da instalação da Faculdade, uma cidade procurada por jovens procedentes de todos os recantos do país. A presença acadêmica transformou desde logo a fisionomia da Paulicéia, dando-lhe uma vida e um alvoroço que nunca antes conhecera.

A segunda metade do século XIX representa para São Paulo uma época de grandes transformações, através das quais começou a delinear-se a cidade dos nossos dias. Se até 1870 continuou a ser uma cidade acadêmica, gravitando sua vida em torno da Faculdade de Direito, a partir daquela data a capital paulista como que rompeu as barreiras que a cingiam à colina histórica. Pôs-se a expandir de maneira sempre crescente e imprevisível, viu alterar-se seu ritmo de vida, passou a conhecer funções novas, modernizou-se num caminho rápido e seguro para o espetacular crescimento registrado no século atual. É a esse período que o saudoso Professor Eurípedes Simões de Paula denominava a “Segunda fundação de São Paulo” e que, em parte corresponde ao governo de João Teodoro (1872-1875).

Dentre os fatores de importância que podem explicar o crescimento da cidade nessa época, três aparecem intimamente entrelaçados: a expansão cafeeira, a viação férrea e a imigração européia. Os dois primeiros – café e ferrovias – acham-se de tal maneira correlacionados dentro da história econômica de São Paulo que dificilmente podem ser separados. O autor destas linhas já dedicou ao assunto todo um livro que tem precisamente esse título “Café e Ferrovias”. Todavia, sobre a cidade de São Paulo e sua evolução exerceram cada um a seu tempo influências marcantes e perfeitamente definidas.

Embora a inauguração da primeira ferrovia paulista tenha se dado em 1868, ligando a Capital do porto de Santos, foi somente a partir de 1872, quando os trilhos atingiram Campinas e as novas áreas cafeeiras da província, que São Paulo começou a sentir as benéficas conseqüências do empreendimento. Ao findar o século, apresentava uma população de 240.000 habitantes, quando trinta anos antes contava pouco mais de trinta mil.

A convergência dos três fatores enumerados – o café, as ferrovias e a imigração européia – a partir de 1870 foi a responsável pelo início do extraordinário crescimento da cidade de São Paulo, a ponto de tornar-se uma das maiores metrópoles do mundo. Até aquela data, pouco havia a cidade ultrapassado os limites originais da colina histórica. A ampliação dessa reduzida área se processou através do retalhamento das chácaras mais próximas, embora sem obedecer a um plano diretivo. Na década de 1870-80, a Chácara do Chá já se achava arruada até perto do atual Largo do Arouche. É o que se depreende da planta elaborada por Jules Martin em 1877, na qual aparece toda Santa Efigênia dos nossos dias, com suas ruas assinaladas com nomes que, salvo poucas exceções, perduram até hoje: “Aurora”, “Vitória”, “Triunfo”, denominações alusivas ao término da Guerra do Paraguai... Era a “Cidade Nova”, a que se referem alguns viajantes da época.

Eram numerosas as chácaras a que nos referimos e que foram loteadas a partir de 1880 para ampliação da área urbana: para o norte, as do Bom Retiro, do Miguel Carlos e do Campo Redondo; para oeste, as do Marechal Arouche, do Senador Queiroz, de Martinho Prado e do Bexiga; para o sul, as do Ferrão e da Figueira.

Assim, de forma irregular e não planejada, foi aos poucos crescendo a área da cidade, ao mesmo tempo em que novos bairros integravam-se na vida urbana. Os exemplos são numerosos: a Chácara das Palmeiras, que em 1872 ainda tinha casa-grande, senzala, armazens, cocheiras, plantação de chá e grandes capinzais, veio a transformar-se no bairro de Santa Cecília, onde logo se abriram, entre outras, as atuais ruas Martim Francisco, Barão de Tatuí, São Vicente de Paulo, Alameda Barros a boa parte da Avenida Angélica, cuja denominação recorda precisamente

a antiga proprietária da chácara Dona Angélica de Souza Queiroz Barros. A antiga Chácara do Campo Redondo passou a ser o bairro dos Campos Elísios; a do Marechal Arouche transformou-se na atual Vila Buarque; a do Brigadeiro Tobias correspondia ao trecho onde hoje se encontram o Largo de Santa Efigênia, a Avenida Casper Libero e a que conserva o nome de seu antigo proprietário; a do Carvalho contribui para a formação de parte dos bairros da Barra Funda e Bom Retiro; a do Cons. Antônio Prado veio a transformar-se nas atuais Praça Marechal Deodoro, Ruas Eduardo Prado, Brigadeiro Galvão e Vitorino Carmilo; das chácara dos Fagundes e dos Fidelis resultou o bairro da Liberdade; na do Barão de Limeira abriu-se a Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, afim de encurtar o caminho para Santo Amaro; os campos do Bexiga transformaram-se no bairro da Bela Vista, ainda hoje conhecido por aquela denominação na linguagem do povo. Dentro em pouco os arruamentos atingiram o espigão onde, em fins do século XIX, abriu-se a Avenida Paulista em terrenos que constituíam outrora as chácaras do Paim, Pamplona e o sítio do Caaguaçu. E por ai afora, que muitos seriam os exemplos dignos de menção.

É claro que esse avanço da cidade nos terrenos das chácaras e sítios das vizinhanças implica em numerosas transformações de ordem social e econômica, especialmente com a definição de funções em determinados bairros e, sobretudo, a influência estrangeira que se acentua, particularmente, em fins do século, quando a cidade se encaminha também para a sua nova função, a industrial, com a qual acaba se caracterizando como o maior centro industrial da América Latina. Acentua-se, de maneira impressionante o seu cosmopolitismo, com a vinda de brasileiros de todos os Estados e de estrangeiros de todos os países. Conseqüentemente, a cidade se descaracteriza, tornando-se igual a todas as cidades grandes do mundo.

O século XX que assistiu com o desenvolvimento de São Paulo a um dos maiores fenômenos de crescimento urbano de que se tem notícia em todo o mundo, pode ser caracterizado, de início, pelo surto industrial que veio transformar a “Capital dos fazendeiros” em “Capital da Indústria”. Diversos fatores conjugam-se para explicá-lo: a facilidade de obtenção de energia elétrica, graças às grandes usinas construídas pela Light no Tietê no Cubatão; à existência de um mercado consumidor interno, que se

tornou cada vez maior em virtude do crescimento da população tanto da Capital como do Estado; ao afluxo de capitais estrangeiros, principalmente após a Primeira Grande Guerra (1914-1918); à facilidade de mão de obra e ao desenvolvimento da rede de transportes.

Não é das mais fáceis a tarefa de esboçar o crescimento da cidade sobretudo a partir primeira guerra mundial. Tal crescimento se fez de maneira desordenada, sem um plano pré-fixado, criando para a cidade problemas bastante sérios com os quais ela se defronta hoje. Uma simples vista d'olhos por uma planta da cidade dos nossos dias será suficiente para exemplificar.

De início, a expansão se fez paulatinamente, graças ao arreamento de chácaras ou à localização das indústrias acompanhando as ferrovias. Alcançou, assim, o Brás, a Vila Mariana, a Avenida Paulista, as Perdizes e Santana. Coloquemos, porém, tais limites dentro de uma planta moderna e veremos o quanto, em meio século, foram eles ultrapassados.

Nenhum dos acontecimentos que assinalaram a vida paulista e brasileira após 1930 foi capaz de interromper ou mesmo arrefecer o ritmo de crescimento e expansão da cidade. As estatísticas dão saltos de assombrar. Na época da Independência, enquanto que a Capital do País alcançava já cem mil habitantes, São Paulo mal passava dos dez mil. O recenseamento de 1872 lhe deu 31.000 habitantes; o de 1886 acusava quase 80.000. Os grandes saltos vieram no século XX: quase 600 mil em 1920; um milhão em 1934; quase um milhão e quatrocentos mil em 1940; mais de dois milhões em 1950; cerca de três milhões quando de seu quarto centenário (1954) e atualmente mais de dez milhões, o que a coloca entre as seis maiores cidades do mundo.

Sua história, como procuramos mostrar, é rica, movimentada e prenhe de ensinamentos. Gostaríamos de a ter desenvolvido mais nestas modestas notas, mas temos certeza de que o que ficou dito basta para que se tenha idéia de sua evolução.

(Matéria publicada originalmente no "Correio Popular", de Campinas nos dias 27 de janeiro, 3, 10, 17 e 24 de fevereiro e 3 de março do ano de 1978)

